

Centro de Assistência Social dos Três Povos

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022

ÍNDICE

Balanço	3 a 4
Demonstração dos resultados por Naturezas	5
Anexo	6 a 15

BALANÇO**CENTRO ASSISTENCIA SOCIAL TRES POVOS****BALANÇO
DEZEMBRO 2022**

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		EXERCÍCIOS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis		1 335 600,05	1 353 153,24
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Ativos intangíveis		5 346,67	
Ativos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Outros investimentos financeiros			
Créditos a receber		2 669,00	1 975,02
Ativos por impostos diferidos			
		1 343 615,72	1 355 128,26
Ativo corrente:			
Inventários		1 244,50	843,00
Ativos biológicos			
Clientes		5 118,00	7 480,32
Estado e outros entes públicos			
Capital subscrito e não realizado			
Outras créditos a receber			507,79
Diferimentos		3 971,14	7 953,02
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros		1 400,00	1 400,00
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários		32 518,40	43 426,84
		44 252,04	61 610,97
Total do Ativo		1 387 867,76	1 416 739,23

Página 1 de 2

O Contabilista Certificado

A Direção

CENTRO ASSISTENCIA SOCIAL TRES POVOS

BALANÇO
DEZEMBRO 2022

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	Montantes expressos em Euro
		EXERCÍCIOS 2022	2021
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos		29 290,08	29 290,08
Reservas legais			
Outras reservas		20 823,26	20 823,26
Resultados transitados		1 180 623,23	1 151 827,46
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / Outras variações nos fundo patrimoniais			
		1 230 736,57	1 201 940,80
Resultado líquido do período		3 965,29	24 753,90
		1 234 701,86	1 226 694,70
Total dos fundos patrimoniais		1 234 701,86	1 226 694,70
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Financiamentos obtidos		60 000,00	87 996,26
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras dívidas a pagar			
		60 000,00	87 996,26
Passivo corrente:			
Fornecedores		20 475,74	19 822,89
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		15 634,41	9 395,84
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar		57 055,75	69 768,64
Diferimentos			3 060,90
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		93 165,90	102 048,27
Total do passivo		153 165,90	190 044,53
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		1 387 867,76	1 416 739,23

Página 2 de 2

O Contabilista Certificado

A Direção

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

CENTRO ASSISTENCIA SOCIAL TRES POVOS

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

De Janeiro até Dezembro

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		EXERCÍCIOS	
		2022	2021 Ano Completo
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados		375 132,64	383 392,42
Subsídios à exploração		235 069,16	247 801,30
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(79 211,68)	(72 738,92)
Fornecimentos e serviços externos		(140 086,93)	(127 288,05)
Gastos com o pessoal		(381 361,75)	(367 364,88)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		20 972,72	9 012,20
Outros gastos		(864,03)	(1 806,42)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		29 650,13	71 007,65
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(24 162,12)	(43 116,81)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5 488,01	27 890,84
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		(1 522,72)	(3 136,94)
Resultado antes de impostos		3 965,29	24 753,90
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		3 965,29	24 753,90

O Contabilista Certificado

A Direcção

1. Identificação da Entidade

O Centro de Assistência Social dos Três Povos é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS em junho de 1982, com sede em Rua Liga dos Amigos das Quintãs, freguesia dos Três Povos e Concelho do Fundão. Tem como actividade principal o apoio á terceira idade.

Possui actualmente 3 respostas sociais enquadradas nos seguintes Cae's:

- 87301 – Actividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento (lar)
- 88101 - Actividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento (centro dia)
- 88990 – Outras Actividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento (Apoio Domiciliário).

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2015 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 - Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2022 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, de acordo com a legislação em vigor e explicados no seguinte quadro:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)	Taxas
Terrenos e Recursos Naturais	não depreciável	
Edifícios e outras Construções	50	2,00%
Equipamento Básico	6	16,67%
Equipamento de transporte	5	20,00%
Equipamento Biológico	6	16,67%
Equipamento administrativo	6	16,67%
Outros Activos fixos tangíveis	4	25,00%

3.2.1. Investimentos Financeiros

Em “Investimentos Financeiros”, são considerados os Fundos de Compensação do trabalho (FCT).

As participações, a existir, serão registadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP) pelo custo de aquisição.

3.2.2. Instrumentos Financeiros

3.2.3.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

3.2.5. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.6. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto (IRC):

- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Abates	Saldo Final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	72 000,94 €			72 000,94 €
Edifícios e Outras	1 687 479,84 €			1 687 479,84 €
Equipamento básico	127 417,79 €			127 417,79 €
Equipamento Transporte	83 202,49 €			83 202,49 €
Equipamento Biológico	-		-	-
Equipamento Administrativo	81 388,36 €			81 388,36 €
Outros ativos fixos tangíveis	60 834,43 €	3 936,00 €		64 770,43 €
Total	2 112 323,85 €	3 936,00 €	0,00 €	2 116 259,85 €
Depreciações Acumuladas	759 170,61 €	21 489,19€		780 659,80€

A movimentação em AFT resume-se em:

- Outros ativos fixos, com aquisição e instalação de depósito de inércia de 500Litros, no valor de 3.936€.

6. Ativos Intangíveis

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Abates	Saldo Final
Custo				

Projecto alteração Creche	8 019,60 €		8 019,60 €
Total	8 019,60 €		8 019,60 €
Depreciações Acumuladas	€	2 672,93 €	2 672,93 €

A movimentação em AFI resume-se em:

- Projectos de desenvolvimento, com a elaboração do projecto de alteração da creche, no valor de 8.019,60€.

7. Locações

Sem registos em “Locações”.

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 31 de Dezembro de 2022, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	Valor empréstimo	Juros pagos	Amortização capital	Total em dívida
Empréstimos bancários:				
BPI - Investimento	47 996,26 €	1 522,72€	46 473,54€	0 €
BPI - CS-2019-0000814	60 000,00 €			60 000,00 €
Total	107 996,26 €	1 522,72 €	46 473,54 €	60 000,00 €

9. Subsídios e outros apoios de entidades publicas

A 31 de Dezembro de 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios entidades publicas”:

Descrição	2022	2021
Subsídios Entidades Publicas		
ISS - Acordo valências - CDSS C. Branco		
Lar (ERPI)	154 318,79 €	153 042,23 €
Centro Dia	11 691,22 €	13 443,21 €
Apoio Domiciliário	60 542,20 €	64 724,30 €

IAPMEI	560,00 €	380,25 €
Camara Municipal Fundão	7 715,12 €	9 215,54 €
Junta Freguesia 3 Povos	2 500,00 €	2 500,00 €
IEFP	194,83 €	4 495,77 €
IGF	47,00 €	
Total	235 069,16 €	247 801,30 €

Descrição	2022
Donativos	20 035,85 €
Outros	75,98 €

10. Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de “24”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações Órgãos Sociais	- €	- €
Remunerações Pessoal	302 444,40 €	294 084,09 €
Benefícios pós-Emprego		
Indemnizações	3 076,74€	
Encargos sobre remunerações	67 892,38 €	64 954,47 €
Seguro Acidentes Trabalho	3 406,03 €	3 467,32 €
Outros Gastos Pessoal	4 542,20 €	4 859,00 €
Total	381 361,75 €	367 364,88 €

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A entidade não apresenta dívidas ao estado em situação de mora, nos termos do Decreto-lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras informações

12.1 Fundadores, beneméritos, patrocinadores, associados, membros

A 31 de dezembro de 2022, o saldo foi:

Descrição	2022	2021
Quotas e joias:		
Quotas associados	589,00€	1799,70 €

12.2 Créditos a receber (Clientes e Utentes)

Para a rubrica “créditos a receber”, em 31 de dezembro de 2022 o saldo era o seguinte:

Descrição	2022
Clientes e Utentes c/c	
Utentes	5 118,00 €

12.3 Diferimentos

Para a rubrica “diferimentos”, em 31 de dezembro de 2022 o saldo era o seguinte:

Descrição	2022
Gastos a reconhecer	
Outros gastos diferidos	
Seguros	3 051,18 €
Outros	919,96 €
Total	3 971,14 €

12.4 Fornecedores

Para a rubrica “fornecedores”, em 31 de dezembro de 2022 o saldo era o seguinte:

Descrição	2022
Fornecedores c/c	
Fornecedores	20 475,74 €

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Três Povos, dia 28 de março de 2023

O Contabilista Certificado



As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram APROVADAS pelo Conselho Fiscal em 28 março de 2023.

O Conselho Fiscal



Jose Joaquim Ferreira Mendes

A Direção

